

Análise de Reportagens Sobre Estupro: Como o jornal Gazeta do Povo tratou o tema antes e depois do caso Tayná¹

Bruna Luíza Cordeiro KARAS²
Elza Aparecida de Oliveira Filha³
Universidade Positivo, Curitiba, PR

RESUMO

Este artigo se propõe a analisar notícias e reportagens publicadas no portal do jornal Gazeta do Povo, tendo como ponto de partida o caso da adolescente Tayná Adriana da Silva, que foi assassinada em 2013 numa cidade da região metropolitana de Curitiba. Foi definido um determinado período para análise, que compreende 60 dias antes do caso e 60 dias depois. A Gazeta do Povo foi escolhida por ser um dos principais jornais do Paraná. A intenção do trabalho é verificar se o caso Tayná, que causou grande impacto e mobilizou a opinião pública, provocou algum tipo de mudança na cobertura jornalística sobre casos de estupro/violência sexual e assédio sexual.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; estupro; violência sexual; mulher; mídia.

1. INTRODUÇÃO

Tayná Adriane da Silva foi assassinada no dia 25 de junho de 2013, em Colombo, região metropolitana de Curitiba. A garota de 14 anos desapareceu naquele dia, quando voltava a pé para casa. O corpo foi encontrado somente no dia 28 do mesmo mês. Inicialmente, foi divulgado que a menina foi estuprada e, em seguida, assassinada. Quatro homens que trabalhavam num parque de diversões instalado no caminho pelo qual Tayná passava todos os dias foram presos e confessaram o crime. Semanas depois, a Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) divulgou uma denúncia de que os suspeitos só confessaram após sofrerem várias torturas por parte dos policiais.

¹ Trabalho submetido na X Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, na área de Jornalismo, do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante da disciplina de Teorias da Comunicação, 4º semestre, do curso de Jornalismo da Universidade Positivo. E-mail: bruna_karas@hotmail.com

³ Orientadora do trabalho e docente do curso de Jornalismo da Universidade Positivo. E-mail: elza@up.com.br

Na época 14 policiais foram presos e toda a equipe da delegacia responsável pela investigação foi afastada. Desde então, o Ministério Público investiga o assassinato da menina e a tortura sofrida pelos suspeitos. O crime ainda não foi solucionado.

O caso Tayná teve intensa repercussão na opinião pública da região e foi objeto de vasta cobertura jornalística. Entre os veículos que reservaram amplo espaço para o episódio está o portal Gazeta do Povo, o principal portal de notícias de Curitiba, ligado ao mais antigo jornal impresso em circulação no Paraná. A Gazeta do Povo foi fundada em 3 de fevereiro de 1919, por Benjamin Lins e De Plácido Silva. A primeira edição tinha seis páginas, nenhuma fotografia e quase 50% do espaço preenchido com publicidade (Gazeta do Povo, 2009). Benjamin Baptista Lins D’Albuquerque, da Paraíba, e Oscar Joseph De Plácido e Silva já estavam juntos envolvidos na criação da primeira Universidade do Brasil. Lins como professor e Plácido como aluno. Os dois advogados passaram a dividir o mesmo escritório de advocacia na Rua Dr. Muricy, onde seria a primeira sede do jornal. Na época, a capital contava com aproximadamente 78 mil habitantes e o veículo foi criado para ser popular e independente. Em 1962, Francisco Cunha Pereira Filho e Edmundo Lemanski adquirem a Gazeta do Povo, e, em 1969, o antigo Canal 12. Atualmente, o jornal faz parte do Grupo Paranaense de Comunicação (Grpcom), o maior grupo de comunicação do estado do Paraná (Grupo Paranaense de Comunicação, 2014).

2. A violência sexual na mídia

A cobertura da violência na mídia sempre gerou (e ainda gera) inúmeros debates. Silvia Ramos e Anabela Paiva indicam que há uma baixa cobertura sobre segurança pública na imprensa.

Quando analisado o foco principal das matérias, políticas de segurança foram notícia em apenas 3,6% dos casos na pesquisa Brasil e 4,2% no levantamento dos jornais do Rio. O ombudsman da Folha de S. Paulo, em 21 de janeiro de 2007, também apontou a fraca presença do tema nos diários: dos 728 artigos publicados em 2006 pelo diário na seção Tendências/Debates, apenas 41 foram sobre este assunto, equivalentes a 5,6% do total. (RAMOS e PAIVA, 2007, pg. 19)

O estupro é um dos temas que seguem invisíveis para a imprensa. Uma pesquisa do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) feita em 2006 e citada por Ramos e Paiva (2007), analisou oito jornais do Rio de Janeiro e mostrou que das 593 notícias sobre

atos violentos, apenas uma era sobre violência sexual, o que representa 0,2% das publicações. Outra pesquisa de 2004, realizada em nove jornais de três estados, encontrou apenas seis textos sobre o tema, ou seja, 1,14% de 527 matérias, artigos ou notas.

Segundo Jacira Melo, fundadora do Instituto Patrícia Galvão, e igualmente citada por Ramos e Paiva (2007, p. 137), a baixa cobertura sobre a violência sexual tem dois motivos. Primeiro, a pequena quantidade de pesquisas e dados sobre o assunto. Depois, a falta de reflexão consistente sobre este campo.

3. Estupro – dados

Para Valdir Sznick, estupro é o ato pelo qual o indivíduo abusa de seus recursos físicos ou mentais para, servindo-se da violência ou ameaça, realizar conjunção carnal com a vítima. “Na doutrina francesa, segundo Chaveau et Helié, estupro é ‘toda conjunção ilícita cometida pela força contra a vontade de mulher’” (SZNICK, 2001, pg. 218).

No Código Penal Brasileiro, o artigo 213 considera estupro: "constranger alguém mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso", com pena de reclusão de seis a dez anos. Até 2009, o estupro no Brasil era tipificado como um crime de ação privada contra os costumes.

A situação só mudou com a Lei nº 12.015, sancionada em 7 de agosto de 2009, que considera o estupro como crime contra a dignidade e liberdade sexual. Segundo Valdir Sznick, a intervenção do Direito Penal no campo sexual é no sentido de resguardar a liberdade sexual, que é o bem jurídico violado. "Nesse sentido, o Direito Penal cumpre uma das suas finalidades, que é tutelar esse valor fundamental para a comunidade, evitando lesões e reforçando a consciência ética coletiva" (SZNICK, 2001, pg. 64).

Em 2011, o Instituto de Pesquisa Econômica (Ipea) aplicada divulgou uma análise dos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinam) sobre estupro. Foram 12.087 casos de estupro no país durante o ano. Do total, 88,5% das vítimas eram mulheres (gráfico 1) e 50,7% tinha menos de 13 anos (gráfico 2). Aproximadamente 46%

dos indivíduos não possuíam ensino fundamental completo e 51% eram de cor preta ou parda (gráfico 3).

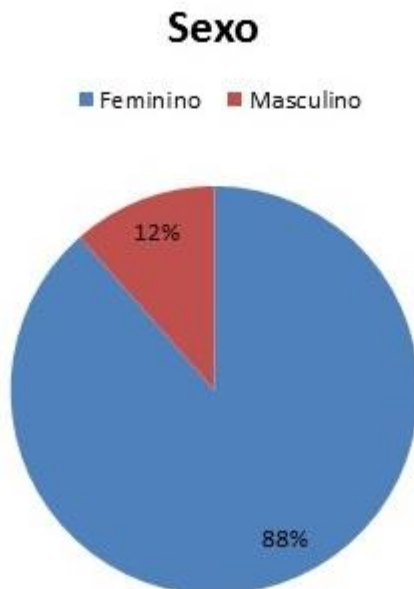


Gráfico 1

Nota técnica nº 11 do Ipea, 2014, pg. 9

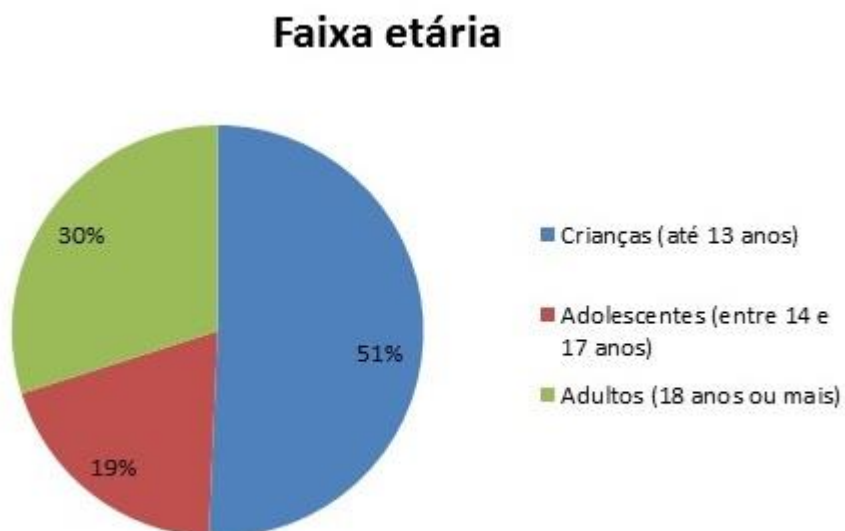


Gráfico 2

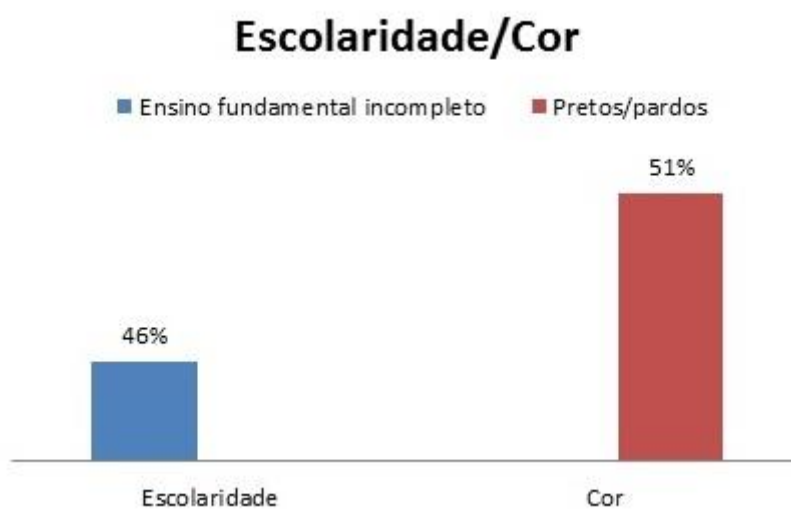


Gráfico 3



Gráfico 4

O gráfico 3 nos traz uma análise da condição social da maioria das vítimas de estupro. Mais da metade (51%) das vítimas são de cor preta ou parda e 46% tem baixa escolaridade (ensino fundamental incompleto). O que nos leva a pensar na alta vulnerabilidade a que estas pessoas estão submetidas e, principalmente, na dependência que

elas desenvolvem nas pessoas que estão ao seu redor. O que nos leva ao gráfico 4: a grande maioria das agressões partem de pais (43%), amigos e conhecidos (57%).

Os dois gráficos estão intimamente ligados. Afinal, um caso de estupro pode levar ao abandono social (e/ou escolar) e a baixa escolaridade pode deixar as vítimas mais suscetíveis às agressões.

4. Teoria do Newsmaking e Teoria do Gatekeeper

A Teoria do Newsmaking dedica-se a analisar as práticas que são adotadas na rotina de trabalho dos jornalistas e que têm como objetivo ordenar e facilitar o processo de produção das notícias. “Diante da imprevisibilidade dos acontecimentos, as empresas jornalísticas precisam colocar ordem no tempo e no espaço. Para isso, estabelecem determinadas práticas unificadas na produção de notícias. É dessas práticas que se ocupa a teoria do newsmaking” (PENA, 2005, pg. 130).

Segundo Felipe Pena, essa teoria se ocupa de práticas como a noticiabilidade, a sistematização do trabalho jornalístico, os valores-notícia, entre outros. Ela também sugere que, apesar da participação ativa do jornalista na “construção da realidade”, o profissional está sempre sujeito a um planejamento produtivo, ou seja, “as normas ocupacionais teriam maior importância do que as preferências pessoais na seleção e filtragem das notícias” (PENA, 2005, pg. 130).

A Teoria do Gatekeeper pretende analisar a ação pessoal do jornalista no processo de produção da notícia. O nome remete à ideia de que há um “porteiro” das notícias, alguém que seleciona um fato que será notícia. É a pessoa que julga se a informação deve “passar” ou deve ser deixada de lado.

Segundo Felipe Pena, com o passar dos anos, esta teoria foi sendo “substituída por paradigmas como o da construção social da realidade, por exemplo”, já que estudos posteriores começaram a concluir que as decisões do ‘gatekeeper’ “estavam mais influenciadas por critérios profissionais ligados às rotinas de produção da notícia e à eficiência e velocidade do que por uma avaliação individual de noticiabilidade” (PENA, 2005, pg. 134). A teoria do gatekeeper foi de extrema importância para as teorias do jornalismo, pois foi a partir dela que se ampliaram os estudos e criaram-se novas teorias.

5. Valores-Notícia

Com um *deadline* cada vez mais apertado e uma pressão cada vez maior, os jornalistas precisam de mecanismos que facilitem seu trabalho. Seja na coleta das informações, na redação do texto ou na edição, os valores-notícia estão sempre presentes e fazem parte deste grupo de recursos que visam auxiliar a correria das redações. Para Kunczik (2002, pg. 243), “os valores informativos são as suposições intuitivas dos jornalistas com relação àquilo que interessa a um público determinado, àquilo que chama a sua atenção”.

Desta forma, os valores-notícias seriam uma ‘convenção’ dos jornalistas para justificar e determinar suas escolhas. Alguns exemplos de valores-notícias utilizados são proximidade, novidade, notoriedade, tragédia, surpresa, entre outros. Para Mauro Wolf, “embora esses fatores apresentem-se como uma lista de valores individualizados, na realidade eles operam na prática de modo complementar” (2003, pg. 207). Ou seja, na hora de utilizá-los, é a soma de vários valores-notícia que recomendarão a seleção deste ou daquele fato. Esses recursos são utilizados de forma automática, como se estivessem incrustados no dia a dia dos profissionais e, de certa forma, os valores-notícia ajudariam a decidir quais notícias “valem a pena” ou não.

Os valores/notícia devem permitir uma seleção do material, feita apressadamente, de modo quase ‘automático’, caracterizada por um certo grau de flexibilidade e de comparação, que seja defensável *postmorteme*, sobretudo, que não seja suscetível de muitos obstáculos (WOLF, 2003, pg. 205).

6. Metodologia de análise

A análise das notícias e reportagens do portal Gazeta do Povo sobre o assunto se propõe a verificar como foi o processo de produção e escolha das informações, e se o caso da menina Tayná gerou algum tipo de mudança na cobertura sobre os temas envolvendo violência sexual. Foram analisadas todas as reportagens do portal de notícias que apareceram nos resultados da busca pelas palavras “estupro” e “assédio sexual”. O caso da menina Tayná aconteceu em junho, portanto o mês de junho de 2013 não foi analisado, por ser considerado, para efeito da presente pesquisa, um período “neutro”, que foi muito influenciado pela repercussão da notícia e pelas reviravoltas que o caso apresentou.

Decidiu-se, então, analisar todas as notícias publicadas no site do jornal num período 60 dias antes do mês de junho (abril e maio), e 60 dias após (julho e agosto).

6.1 As análises de abril e maio

A pesquisa de abril e maio resultou em 14 links de notícias. Deste total, apenas cinco notícias eram do Paraná. Curitiba teve três publicações, as outras duas foram de Campo Largo (1) e Piraquara (1), cidades da Região Metropolitana. As outras publicações foram do Rio de Janeiro, São Paulo, Rondônia, Austrália e Estados Unidos.

Os casos do Rio de Janeiro somaram cinco publicações. Quatro delas diziam respeito ao caso da turista que foi estuprada por vários homens na frente do namorado dentro de uma van, em março de 2013. O caso teve grande repercussão, nacional e internacional, e acarretou em outras denúncias de estupros em transportes coletivos no Rio de Janeiro, cometidos pelos mesmos homens.

O texto de Rondônia tem cerca de cinco linhas e conta que um suspeito de estupro foi preso, depois de ser reconhecido pela vítima por uma tatuagem nas costas. O caso de São Paulo envolveu um desembargador, Arthur Del Guércio Filho, inicialmente investigado sob a acusação de pedir dinheiro a advogados. Ele também foi denunciado por suspeita de corrupção e por assédio sexual de funcionárias do gabinete.

O caso da Austrália é sobre dois diplomatas brasileiros, o cônsul-geral do Brasil em Sidney, Américo Fontenelle, e o cônsul-adjunto, Cesar Cidade, que foram acusados por funcionários de assédio moral e sexual. Fontenelle já havia sido alvo de denúncias semelhantes quando foi cônsul-geral em Toronto, no Canadá, em 2007. Nos Estados Unidos, a notícia foi sobre o advogado de Michael Jackson que repudiou uma nova acusação de assédio sexual infantil imputada ao cantor. Howard Weitzman disse que as acusações são "ultrajantes e patéticas".

Um dos dados que chamam a atenção na análise das postagens deste período é o pequeno número de notícias referentes ao Paraná. Das três publicações de Curitiba, por exemplo, uma tem exatas seis linhas. Outra é uma notícia de uma jovem que comunicou um falso estupro no dia 9 de abril. Ou seja, apenas um texto traz grande variedade de informações. É a notícia sobre uma jovem de 18 anos que foi estuprada no bairro São Francisco, quando estava indo para o trabalho. Nesta notícia, o jornal informa que a moça teve todo o atendimento necessário: exames para doenças sexualmente transmissíveis,

contracepção de emergência, coleta de provas e atendimento de emergência. Informa também que o suspeito ainda estava sendo procurado e o número da polícia (190) para pessoas que tivessem alguma informação sobre o caso.

No texto de seis linhas, uma cobradora de uma estação-tubo na Vila Fanny, foi vítima de tentativa de estupro. O homem fugiu de bicicleta depois de ser impedido por um entregador de jornal. Nesta notícia, não há informações sobre as medidas tomadas, nem sobre o suspeito, nem sobre o número da polícia.

6.2 As análises de julho e agosto

Nos meses de julho e agosto, a busca no site da Gazeta do Povo encontrou 13 notícias com os termos “estupro” e “assédio sexual”. Das treze publicações, sete eram do Paraná. Porém, 85% delas se concentraram em dois únicos temas: a denúncia de assédio sexual na rádio CBN Curitiba e o assessor especial da Casa Civil da Presidência da República, Eduardo Gaievski, acusado de estupro. Somente uma notícia era sobre um tema diferente: um protesto contra a lei que prevê atendimento a vítimas de estupro, que aconteceu na Boca Maldita, no dia 3 de agosto, organizado pelo Apostolado da Divina Misericórdia.

O caso da CBN veio à tona no início de agosto, depois que uma estagiária resolveu denunciar casos de assédio sexual por parte do jornalista Airton Cordeiro. Sem esclarecimentos da empresa, alguns jornalistas se demitiram da emissora e os que ficaram organizaram um protesto no dia 5 de agosto, em que não transmitiram a programação durante a manhã.

O caso de Eduardo Gaievski aconteceu no final do mesmo mês, quando ele solicitou afastamento de suas funções depois que a revista Veja publicou uma reportagem que divulgava a decisão da Justiça Federal de Realeza, no Sudoeste do Paraná, que determinou a prisão preventiva do ex-prefeito da cidade. “A revista relata depoimentos de menores de idade num processo que corre em segredo de Justiça, acusando o servidor de levar vítimas de 13 anos a motel. Há ainda, segundo a Veja, relatos de ameaças e exigência de sexo em troca de empregos na prefeitura”, diz a reportagem (Gazeta do Povo, 2013).

Das seis notícias restantes, três são internacionais: a condenação de seis homens na Índia pelo estupro de uma turista suíça em março de 2013; os casos de assédio e estupro na Praça Tahrir, no Cairo, durante os protestos pela saída do presidente Mohamed Mursi; e a

renúncia do prefeito de San Diego, na Califórnia, depois de pelo menos 18 mulheres acusarem-no de assédio e abuso sexual.

Das últimas três notícias, duas são sobre o projeto de lei que garante atendimento para as vítimas de estupro. Uma delas, do dia 17 de julho, informava que o deputado Marcos Feliciano (PSC-SP) encaminhou um ofício à presidente Dilma Rousseff pedindo o veto ao projeto que determina atendimento imediato às vítimas de violência sexual. A segunda, do dia 1º agosto, anunciava a decisão da presidente em sancionar a lei.

A chamada “lei da profilaxia da gravidez” causou polêmica nas comunidades religiosas que afirmaram que o termo ‘profilaxia’ abria brechas para a prática do aborto. Segundo a reportagem, “a presidente deve enviar ao Congresso um projeto esclarecendo, expressamente, que o termo ‘profilaxia da gravidez’ não significa aborto. A lei aprovada estabelece que os hospitais do SUS devem prestar serviço multidisciplinar à mulher vítima de violência sexual, incluindo a “profilaxia da gravidez”, ou seja, o uso da chamada “pílula do dia seguinte”, prática já prevista em norma técnica do Ministério da Saúde” (GAZETADO POVO, 2013).

A última notícia era sobre as denúncias de estupro contra o pastor Marcos Pereira da Silva. Na publicação, quatro testemunhas confirmaram em depoimento as acusações de estupro do pastor contra uma ex-fiel da Igreja Assembleia de Deus dos Últimos Dias.

8. Considerações finais

Depois de analisar as 27 notícias do site do jornal Gazeta do Povo, referentes aos 120 dias pesquisados, pode-se concluir, primeiramente, o pequeno número de informações publicadas sobre o assunto. Considerando os dados apresentados no item 3, podemos verificar que a quantidade de estupros que acontecem diariamente no Brasil é enorme. Em Curitiba, a situação é a mesma. Mas, ainda assim, quatro meses de notícias trazem apenas vinte e sete publicações sobre o tema. A discussão de Jacira Melo, Silvia Ramos e Anabela Paiva, no livro ‘Mídia e Violência’, pode ser novamente trazida à tona, visto que o número de reportagens do período nos traz uma comprovação da invisibilidade do assunto para a mídia.

Em um segundo momento, a análise favorece a discussão sobre os critérios utilizados na seleção das notícias e sobre a real inserção e influência do Gatekeeper no processo jornalístico. Os valores-notícia de ‘repercussão’ e ‘notoriedade’ são os mais

empregados nas escolhas das publicações analisadas. Mas será que um tema tão sério e importante merece ser regido por apenas dois ou três valores-notícia? Parece um pouco insensato que o assunto seja abordado apenas em casos de grande ressonância (nacional e internacional).

Todos os dias pessoas são estupradas e o número de presos e condenados é mínimo. Segundo a pesquisa do CESeC feita no Rio de Janeiro, citada por Ramos e Paiva (2007, pg. 133), no caso de agressores desconhecidos das vítimas, apenas 5,4% dos autores de estupro foram indiciados e 3,5% presos. Mesmo quando os criminosos eram conhecidos/parentes/amigos/namorados das vítimas, o número de indiciados e presos representou no máximo 10% dos casos.

A cobertura da imprensa poderia contribuir muito para diminuir a gravíssima situação de impunidade e extrair das autoridades de segurança medidas de prevenção e repressão dos crimes sexuais. Para isso, seriam necessárias reportagens apontando as áreas que registram maior número de ocorrências, investigações sobre os fatores que favorecem as agressões e denúncias contra os criminosos à solta e inquéritos abandonados. Seria preciso, portanto, que os jornais colocassem o tema como prioridade. (RAMOS e PAIVA, 2007, pg. 133)

O terceiro e principal ponto que deve ser citado é a análise da influência do caso Tayná na cobertura do jornal e de seu portal. Como pudemos perceber, nos dois meses seguintes do ocorrido, as notícias sobre o caso não foram encontradas pela busca dos termos ‘estupro’ e ‘assédio sexual’.

Para encontrar notícias sobre este período, foi necessário procurar no Google pelos termos “caso Tayná gazeta do povo”. A busca resultou em oito notícias dos meses de julho e agosto: “Sesp coloca novo delegado no caso Tayná e muda rumo das investigações”, publicada em 10/07/2013; “Gaeco vai investigar suposta prática de tortura no caso Tayná”, de 11/07/2013; “Caso Tayná: laudos comprovam envolvimento de acusados, diz MP-PR”, 12/07/2013; “Policiais serão presos por tortura no caso Tayná”, 15/07/2013; “Proteção a torturados do caso Tayná será discutida nesta quinta-feira”, de 17/07/2013; “Acusados no caso Tayná são incluídos em programa de proteção a testemunhas”, 18/07/2013; “MP-PR denuncia 21 pessoas por tortura no caso Tayná”, de 01/08/2013; e “Justiça aceita denúncia contra 16 acusados de tortura no caso Tayná”, de 14/08/2013.

Isso indica que houve uma preocupação com a cobertura do caso, de acompanhamento dos desdobramentos, de persistência na obtenção de informações. Porém, nenhuma destas abordagens trata do estupro em si, do número de ocorrências, da frequência

dos crimes ou dos procedimentos a serem tomados quando uma pessoa é vítima de estupro. Era extremamente necessária e oportuna que tivesse acontecido uma ampla cobertura sobre o assunto, e não somente sobre o caso. Um dos principais jornais do Paraná poderia ter aproveitado a oportunidade para veicular matérias informativas, de cunho educacional e psicológico sobre o tema, sobre os procedimentos, sobre os locais que fazem o atendimento das vítimas, sobre os locais de denúncias, entre muitos outros assuntos.

A Teoria do Newsmaking traz a ideia de que o jornalismo constrói a realidade, e que as notícias são construídas a partir dos valores-notícia e critérios de noticiabilidade. Mas, ao analisar estas reportagens, surge a dúvida de qual realidade está sendo construída com a publicação de pouquíssimas notícias sobre o assunto, qual a validade dos valores-notícia nestes casos e o correto uso dos critérios de noticiabilidade ou não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. Nota técnica do Ipea. Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar). Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/03/IPEA_estupronobrasil_dadosdasaude_marco2014.pdf>. Acesso em 02/06/2014.

Gazeta do Povo, Dilma vai sancionar lei que garante atendimento a vítimas de estupro. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1395839>>. Acesso em 02/06/2014.

Gazeta do Povo, Noventa anos de história. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/90anos/independencia/conteudo.phtml?id=851912>>. Acesso em 03/06/2014.

Grupo Paranaense de Comunicação, Histórico. Disponível em <<http://www.grpcom.com.br/grpcom/historico.html>>. Acesso em 03/06/2014.

KUNCZIK, M. **Conceitos de Jornalismo**; norte e sul. 2ed. São Paulo: Edusp, 2002.

PENA, F. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

RAMOS, S.; PAIVA, A. **Mídia e violência**: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. 1ed. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SZNICK, V. **Assédio sexual e crimes sexuais violentos**. 1ed. São Paulo: Ícone, 2001.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**. 1ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.